

ATA NÚMERO 154/XII (3.^a)

Aos cinco dias do mês de março de 2014, pelas 17 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Comissão de Trabalhadores da RTP, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.^{os} 194, 195 e 196/XII (3.^a).

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas-vindas aos membros da Comissão de Trabalhadores da RTP, Camilo Azevedo, José Manuel Silva Lopes, Rui Madruga e Fernando Andrade, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Usou da palavra o representante dos trabalhadores Camilo Azevedo, que se referiu ao financiamento, à falta de liderança, à falta de estratégia e ao definhamento da RTP; à criação do Conselho Geral Independente (CGI) e à falta de garantia de independência deste órgão; ao controlo financeiro por parte do Ministério das Finanças e à dependência do CGI do Governo; à necessidade de existir uma nova ética dentro da empresa; à confusão existente entre as competências dos vários órgãos; ao desaparecimento da rádio; à falta de aprovisionamento de programas na RTP2; ao novo plano de saída de trabalhadores; à externacionalização dos serviços; à falta de um armazém para o Arquivo e à ausência de uma política de reservas; e, por fim, à urgência de definição de uma política de audiovisuais.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE).

A Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) pediu aos representantes dos trabalhadores da empresa sugestões para a resolução de todas as suas inquietações.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse que a questão crucial em todo este processo é a que se prende com o financiamento; que com os meios que estão afetos á RTP, não

é possível cumprir as obrigações do serviço público previstas no contrato de concessão; e que o CGI vai ser uma instância de acompanhamento da atividade do Conselho de Administração. Questionou também o representante dos trabalhadores acerca da implantação territorial da RTP, dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira e do reforço da autonomia editorial e financeira, do futuro do Centro de Produção do Norte, da situação em que se encontra o Arquivo e da possibilidade de abrir a RTP aos canais da TDT.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) levantou questões sobre a RTP2, a RTP Internacional, o perfil dos canais e a rádio; a possibilidade de poder haver uma dispersão entre os canais em sinal aberto para o cumprimento do caderno total do serviço público; o Centro de Produção do Norte; a redução do quadro de pessoal e a necessidade de se apostar na formação e qualificação dos recursos humanos; e a importância do Arquivo da RTP.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) debruçou-se sobre o financiamento do serviço público de rádio e televisão; o desinvestimento na formação interna dos quadros da RTP, na inovação e nos equipamentos; a diminuição de produção própria; a independência do CGI; o definimento e indefinição das delegações da RTP e da RDP e a coesão territorial; o destino do Centro de Produção do Norte; e a falta de investimento na rádio e o seu futuro.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) abordou o modelo de financiamento proposto e a CAV; o desajustamento entre o modelo de financiamento e o contrato de concessão; a forma de financiamento dos canais internacionais; o modelo de governança proposto e a independência do CGI; a transfiguração da missão e da identidade atual da RTP; o fim dos compromissos internos da RTP, em articulação com a internacionalização e a saída de profissionais; e a situação em que se encontra o Arquivo.

O Senhor Camilo Azevedo respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que na empresa nada é auditado em termos de qualidade e quantidade; que todos os dias há rescisões e cortes nos salários; que o novo contrato de concessão não está adequado aos meios financeiros da empresa; que os trabalhadores não conhecem o projeto e a missão do Governo para a RTP em termos de serviço público; que não sabem o que vai acontecer ao Arquivo; que no novo contrato há mais obrigações e menos dinheiro; que o Conselho Geral Independente, que vai supervisionar a RTP, só vai criar entropia, pois quem vai mandar é o delegado do Ministério das Finanças, que é quem tem o «porta-moedas».



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Acrescentou, ainda, que é necessário definir o perfil dos canais; que se torna imperioso tomar uma posição para «salvar» o arquivo da empresa, que denominou de «Torre do Tombo do audiovisual», já que este entrou em rutura de armazenamento; que a situação da rádio é preocupante, apesar de esta ter uma infraestrutura ímpar, com os seus emissores bem colocados em termos de cobertura do território e que podem, inclusivamente, ser utilizados para a distribuição do sinal de televisão; que é necessário manter as redes de emissores existentes em África e investir na renovação dos equipamentos obsoletos; que há meios da RTP que vão ser entregues a empresas externas; que é necessário apostar na formação dos trabalhadores e definir uma nova estratégia para os recursos humanos; que não se pode acabar com as delegações, designadamente com as das regiões autónomas; e que é preciso definir uma estratégia para o Centro de Produção do Norte.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Agostinho Santa (PS), Paulo Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo no final o Senhor Camilo de Azevedo respondido às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140305_3.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 19 horas e 10 minutos.

Palácio de São Bento, 5 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 09/05/2014.